ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2012/2013

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP004705/2013
DATA DE REGISTRO NO MTE: 02/05/2013
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR019974/2013
NÚMERO DO PROCESSO: 46256.002249/2013-81
DATA DO PROTOCOLO: 30/04/2013

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS RURAIS DE PARAGUACU PAULISTA, CNPJ n. 44.547.149/0001-60, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PAULO ANISIO;

SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE TUPA E REGIAO, CNPJ n. 45.961.752/0001-57, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PAULO OYAMADA;

SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE RANCHARIA, CNPJ n. 46.472.171/0001-14, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO FLAUZINO DE ANDRADE;

SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS RURAIS DE QUATA, CNPJ n. 51.501.005/0001-39, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO CERQUEIRA DE SOUZA;

E

IBERIA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA, CNPJ n. 04.839.268/0001-72, neste ato representado(a) por seu Sócio, Sr(a). GUSTAVO TOLEDO FLORENCIO;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de maio de 2012 a 30 de abril de 2013 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **dos trabalhadores rurais que laboram nas lavouras de cana (plantio, carpa, corte, catação de cana, eliminação de colônião) e dos trabalhadores que laboram no setor de herbicida, capina química, cultivo e sulcação, controle de mão de obra rural, fertirrigação, fertirrigação/moto bomba, fertirrigação líderes, queima de cana, nos transportes, bem como as atividades de apoio (oficial de manutenção mecânica, comboio, pesquisa/desenvolvimento, entomologia, topografia, manutenção de estrada, administrativo/planejamento agrícola, supervisão agrônômica, supervisão de controle de mão-de-obra rural, pátio, oficinas de caminhões, oficina de trator, oficina de implementos, borracharia, lavagem/lubrificação, oficina elétrica, secretaria, tesouraria, consultoria interna RH, serviço social, informática, laboratório, pagamento de cana teor sacarose, balança, controladoria, contabilidade, administração de pessoal, jurídico, segurança do trabalho agrícola, medicina do trabalho, segurança patrimonial, suprimentos, compras, almoxarifado, posto de abastecimento, comercial, limpeza e construção civil e outros)**, com abrangência territorial em **Arco-Íris/SP, Borá/SP, Herculândia/SP, Iacri/SP, Iepê/SP, João Ramalho/SP, Lutécia/SP, Nantes/SP, Oscar Bressane/SP, Paraguaçu Paulista/SP, Quatá/SP, Queiroz/SP, Rancharia/SP, Rinópolis/SP e Tupã/SP**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

O piso salarial da categoria será reajustado com o **índice de 7,29%** e a partir de **01/05/2012**, passará para o valor de **R\$**

730,00 (setecentos e trinta reais) por mês, **R\$ 24,34** (vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos) por dia e **R\$ 3,32** (três reais e trinta e dois centavos) por hora e a partir de **01/02/2013**, passará para o valor de **R\$ 750,00** (setecentos e cinquenta reais) por mês, **R\$ 25,00** (Vinte e cinco reais) por dia e **R\$ 3,41** (três reais e quarenta e um centavos) por hora.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Quando o trabalhador na execução dos serviços não atingir o valor da diária estipulada no caput desta cláusula, a mesma deverá ser complementada até o valor da diária mencionada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os empregados nas funções de auxiliar e ajudante agrícola será percebido o piso da categoria, acrescido de um adicional de 13% (treze por cento), sem prejuízo do salário recebido em 30/04/2012 mediante aplicação do reajuste salarial.

PARAGRAFO TERCEIRO – Fica ajustada a incorporação das horas extras no salário base dos trabalhadores que se ativam no setor automotivo (mecânicos, borracheiros, eletricitas, lubrificadores e outros), cujos salários constarão em documento anexo e fará parte integrante deste Acordo.

PARAGRAFO QUARTO - Em virtude da ação judicial sobre representatividade sindical dos trabalhadores investido nas funções de operadores de máquinas agrícolas (tratores, colhedoras, retro escavadeira, moto niveladoras e outros), fica assegurado o melhor salário firmado em Acordo Coletivo de Trabalho entre o Sindicato de Paraguaçu Paulista e outras empresas do setor (cana), caso a decisão judicial for favorável ao Sindicato Rural.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

A partir de 1º de maio de 2012, os salários, com exceção daqueles que recebem o piso da categoria descrito na Cláusula 3ª (terceira), serão corrigidos com o percentual único e negociado de **7% (sete por cento)** sobre os valores em vigor em de 30 de Abril de 2012.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento das diferenças salariais para os **funcionários ativos** será feito em folha separada, em **10 de Setembro de 2012** e para os **funcionários inativos** o pagamento será feito em **20 de Setembro de 2012** em folha de rescisão complementar, com depósito em conta bancária ou na ausência desta, por DOC. Será enviado ao Sindicato de Paraguaçu a relação nominal e os respectivos valores da diferença salarial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica assegurado que os valores pagos a título de antecipação das diferenças salariais serão deduzidos.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

O pagamento dos salários deverá ser obrigatoriamente em dinheiro, cheque ou depósito bancário até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A empregadora oferecerá a todos os empregados a opção de abertura de conta-salário junto às instituições financeiras que ela movimentar, independentemente da modalidade contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A empregadora concederá adiantamento salarial de 40% (quarenta por cento), do rendimento mensal do trabalhador, a todos os empregados abrangidos por este Acordo Coletivo, a ser pago todo dia 20 (vinte) de cada mês, ou no primeiro dia útil subsequente, quando este vier a ocorrer nos sábados, domingos e feriados, desde que tenha trabalhado pelo menos 80 (oitenta) horas na primeira quinzena.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Será avaliado entre empresa e Sindicato uma forma para a eliminação do adiantamento salarial, bem como a implantação de Cartão Magnético Pessoal, sendo que suas formas e definições constarão em forma de Termo Aditivo ao presente Acordo Coletivo.

ISONOMIA SALARIAL

CLÁUSULA SEXTA - GARANTIA DE SALÁRIO DO SUBSTITUÍDO

Garantia ao empregado admitido para função de outro dispensado, sem justa causa, de salário igual ao do empregado de menor salário naquela função sem considerar vantagens pessoais, respeitando o plano de cargos e salários.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em toda substituição, com prazo igual ou superior a 30 dias o empregado substituído fará jus ao salário do substituído.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A substituição superior a 120 dias consecutivos acarretará a efetivação na função, excluídas

às hipóteses de substituição decorrentes de afastamento por acidente do trabalho, auxílio-doença e licença maternidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O tempo de formação e treinamento, que visa o aprendizado e o crescimento profissional, não deverá exceder 120 dias e a este não se aplica as condições estabelecidas no parágrafo primeiro, não ficando ainda caracterizado o desvio de função.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTOS

Fica permitido à empregadora efetuar dos salários dos empregados, os descontos previstos em lei, bem como as despesas com refeição, quando o empregador oferecer aos trabalhadores serviços de alimentação, seguro de vida, plano de saúde, empréstimos pessoais, assistência médica, assistência odontológica e medicamentos em estabelecimentos conveniados formalmente com o empregador, ou qualquer outro convênio celebrado pelo representante da categoria, qual seja, Sindicato dos Empregados Rurais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A empregadora fornecerá ao Sindicato, sempre que for solicitada, uma lista completa e atualizada dos empregados ativos, que podem utilizar de tal convênio.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os descontos acima mencionados que forem em decorrência do convênio com o Sindicato da categoria, somente procederão após envio à empresa da autorização de desconto, devidamente assinado pelo trabalhador.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA OITAVA - PREÇO DA TONELADA DE CANA-DE-AÇÚCAR

O preço da tonelada de cana-de-açúcar para o corte a partir de 1º de maio de 2012 será o seguinte:

Tipo de Cana	Valor por Tonelada
Cana enrolada (pé-de-rola) ou bisada	R\$ 4,39 (quatro reais e trinta e nove centavos)
Cana caída	R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos)
Cana “em pé”	R\$ 3,66 (três reais e sessenta e seis centavos)

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica acordado entre as partes que a empregadora terá até 01/11/2013, para equiparar os preços da tonelada da cana crua com os melhores preços acordados entre o sindicato de Paraguaçu Paulista e outras empresas da região, conforme o estabelecido abaixo:

a) cana crua para moagem

- a partir 01/11/2012 R\$ 6,00. acrescido o **índice negociado em 01/05/2012**

- a partir de 01/11/2013 R\$ 6,48 acrescidos **dos índices de 01/05/2012 e 01/05/2013**

b) cana crua para plantio

- a partir 01/11/2012 R\$ 8,00 acrescido o **índice negociado em 01/05/2012**

- a partir de 01/11/2013 R\$ 8,60 acrescidos **dos índices de 01/05/2012 e 01/05/2013**

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos dias em que não houver trabalho em virtude da ocorrência de chuvas, falta de cana queimada, carpa, eliminação de colônias ou outros fatores alheios à vontade do trabalhador, desde que anotada sua presença no local de serviço e que permaneça à disposição daquela, terão garantido o valor da diária, pelo piso. Fica, também, a empregadora obrigada a manter o veículo de transporte no local de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os valores estabelecidos nesta Cláusula seguem unicamente para o desponte no chão e esteirada, com exceção da cana crua para o plantio que poderá ser amontoada a critério da empregadora.

CLÁUSULA NONA - REMUNERAÇÃO DA CATAÇÃO DE CANA

Durante o período de safra, aos Trabalhadores Rurais (incluindo o contratado como bituqueiro) nos dias em que estiverem trabalhando na catação de cana, seja qual for o critério da respectiva remuneração, será assegurado, como mínima, o valor da diária estipulada conforme os critérios da cláusula 3ª (terceira) com adicional de 20% (vinte por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA - MODO DE AFERIÇÃO

A produção da cana-de-açúcar será aferida por feixe ou kg/m, devendo ser medida na 3ª (terceira) rua no eito de 05 (cinco) ruas, com emprego de compasso fixo de 02 (dois) metros com ponta de ferro, fazendo-se nessa oportunidade a conversão do preço da tonelada/feixe, correspondente a média obtida do peso da carga do caminhão, na presença de trabalhador interessado, sem prejuízo para o mesmo, ou na presença do representante sindical da categoria, sendo que o empregador se compromete a fixar nos quadros de aviso as médias efetuadas, constando peso da balança, talhão e zona de corte. Sempre que o Sindicato fizer o acompanhamento da média, a empresa lhe entregará o ticket da balança.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nas ocasiões em que o trabalhador rural acompanhar a aferição da média, o mesmo será remunerado, com base no valor da hora do piso salarial, pelo tempo despendido até a balança da unidade industrial e o retorno ao local de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As partes acordam que buscarão melhores alternativas de transparência na aferição da produção do corte de cana.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO E COMPROVANTES DE PRODUÇÃO

Fornecimento obrigatório de demonstrativos de pagamento aos empregados, com a identificação da empregadora, discriminando a natureza dos valores e importâncias pagas, os descontos efetuados e o total recolhido à conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, bem como a base de cálculo utilizado para tal, devendo ser fornecido mensalmente aos empregados antes do recebimento dos salários, especificando-se também o número de horas extraordinárias trabalhadas, adicionais, bem como a demonstração da produção diária e os dias eventualmente faltosos. Nos pagamentos de salários feitos através de depósito bancário em conta de titularidade do trabalhador, dispensa-se a assinatura do mesmo no holerite.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para os empregados que percebem remuneração por hora, serão especificadas as horas normais trabalhadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para os trabalhadores que recebem por produção, a empregadora fornecerá comprovante de produção com o seu nome e do trabalhador, a quantidade de cana cortada, e seu correspondente valor em dinheiro, no segundo dia útil subsequente ao dia da produção, não considerando sábado e domingo como dia útil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PAGAMENTO DO PLANTIO DE CANA-DE-AÇÚCAR

Em conformidade com a NR31, serão adotadas medidas de segurança para os trabalhadores que laboram no plantio de cana-de-açúcar. A produção diária obedecerá aos seguintes valores:

a) - O valor para o serviço concluído, ou seja, distribuição, esparramação e picação, será de **R\$ 14,21 (quatorze reais e vinte e um centavos) por 1.000 (mil) metros**, ou seja, **R\$ 0,01421** o metro linear, podendo ser executado individualmente ou equipe, a critério dos trabalhadores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para a distribuição e esparramação de cana, com montes no chão, o espaço entre os montes, não poderá ser superior a **15 (quinze) metros**, sendo garantido como ganho mínimo, o valor da diária obtida pelo piso salarial.

PARÁGRAFO SEGUNDO– É vedada a operação de plantio de cana com utilização de trabalhadores operando em cima das cargas de caminhão e/ou veículos automotores. O prazo máximo para adaptação ao novo sistema (do caminhão para o monte) será de 90 dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO– Eventuais sobras ou falta de cana nos montes, poderá ser distribuída pelos trabalhadores envolvidos sem prejuízo para os mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INCIDÊNCIA SOBRE FÉRIAS, DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO E AVISO PRÉVIO

Para empregados que recebam parte variável de salários, representada por produção, adicional noturno, adicional de hora extra, e outros adicionais legais, os pagamentos de férias e 13º salário deverão ser acrescidos da média duodecimal da parte variável, calculada com base nos valores pagos nos últimos 12 (doze) meses, dividido pelo número de dias trabalhados no respectivo período aquisitivo, obtendo-se assim a média do ganho diário que deverá ser pago

proporcionalmente aos dias que de direito for, seja para férias, 13º Salário ou aviso prévio, atualizados mediante aplicação dos correspondentes reajustamentos salariais da categoria, conforme especificação abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A média será obtida do valor recebido pelo empregado:

- a) **Férias:** através da soma de todos os valores descritos no caput desta cláusula recebidos pelo empregado referente ao período aquisitivo, e dividido pelo número de dias efetivamente trabalhados no período a que se refere, o resultado obtido corresponderá o valor de 1/30 avos, que deverá ser pago de acordo com a proporcionalidade que for de direito do trabalhador.
- b) **Décimo Terceiro Salário:** através da soma de todos os valores recebidos pelo empregado durante o ano, acrescidos das médias quando for o caso, dividido pelo número de meses do ano (12). O resultado obtido corresponderá ao valor a ser pago.
- c) **Aviso Prévio:** através da soma de todos os valores recebidos pelo empregado nos últimos 12 (doze) meses, dividido pelo número de dias efetivamente trabalhados.
- d) O ganho variável deverá ser convertido em salário/hora e atualizado mediante aplicação dos correspondentes reajustamentos salariais no período de quitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Compreende-se como dia efetivamente trabalhado, para efeito do disposto nesta cláusula, as faltas não justificadas, os DSRs e declaração/atestados de qualquer natureza pagos pela empresa, sendo desconsiderados os demais casos.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS OUTRAS GRATIFICAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ADICIONAL SISTEMA “5X1”

O empregado que trabalhar no Sistema “5x1” fará jus a receber, mensalmente, enquanto fizer essa jornada, além do valor do auxílio-cesta previsto na Cláusula 20ª (vigésima) e nas condições ali estabelecidas, um crédito no cartão alimentação, sob o mesmo título, no valor de **R\$ 65,40** (sessenta e cinco reais e quarenta centavos), independentemente do número de faltas durante o mês, sendo que o referido adicional respeitará o disposto no parágrafo 6º (sexto) da cláusula supracitada.

PARÁGRAFO ÚNICO – Nos casos de admissão e demissão farão jus ao recebimento do adicional os trabalhadores que tiverem igual ou superior a 15 (quinze) dias trabalhados, sendo certo que a proporcionalidade será contada a partir do dia 26 do mês vigente ao dia 25 do mês subsequente.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias prestadas serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As horas extras realizadas em feriados e dias já compensados serão pagas com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando houver convocações domiciliares, serão garantidos os mesmos percentuais previstos nesta cláusula, nos respectivos dias, respeitado o pagamento da hora como extraordinária.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As horas extras, efetivamente trabalhadas, deverão ser registradas no mesmo cartão de ponto das horas normais.

PARÁGRAFO QUARTO - O percentual contido no parágrafo 1º supra, para todos os efeitos, a exigência do disposto no artigo 59, parágrafo primeiro da CLT.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ADICIONAL NOTURNO

A hora noturna, nos termos da lei, será remunerada com o adicional noturno de 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor da hora normal.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ADICIONAL INSALUBRIDADE

Será pago aos empregados que exercem suas atividades em local ou condições insalubres o adicional correspondente ao grau de insalubridade, na forma da lei e conforme laudo técnico expedido pela área de Segurança e Medicina do Trabalho.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ADICIONAL PERICULOSIDADE

O valor do adicional de periculosidade será de 30% (trinta por cento) sobre ganho, com reflexo nas horas extras, horas in itinere e DSR, nos termos da Lei, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - “HORA IN ITINERE”

Para todos os trabalhadores rurais residentes ou não, em propriedades dos empregadores, cujo transporte está ligado ao campo, farão jus a 1 (uma) hora extraordinária por dia, a título de hora “in itinere” no valor do salário/hora fixado pelo salário-base, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), ficando assim pré-fixado, independentemente do tempo comprovadamente gasto no percurso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os demais trabalhadores representados por este Sindicato residentes e não-residentes em propriedades dos empregadores (exceto aqueles que já recebem 1 hora prevista no cáput) receberão 0h20 (vinte minutos) a título de hora “in itinere” no valor do salário/hora fixado pelo salário-base, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), ficando assim pré-fixado, independentemente do tempo comprovadamente gasto no percurso.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A empregadora obriga-se a enviar ao Sindicato demonstrativos de pagamentos, que comprove o pagamento de horas “in itinere” de todos os trabalhadores sempre que for solicitado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os empregados que exerçam cargo de confiança, conforme previsão contida no artigo 62, II da CLT, não farão jus ao recebimento de horas in itinere.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CESTA BÁSICA/TICKET ALIMENTAÇÃO

A empregadora fornecerá mensalmente até o dia 12 no mês subsequente a todos seus trabalhadores representados por este Sindicato, auxílio-cesta na forma de cartão eletrônico, através de empresa prestadora de serviço de alimentação coletiva, devidamente registrada junto ao PAT — Programa de Alimentação do Trabalhador, a fim de proporcionar a aquisição de gêneros alimentícios nos estabelecimentos comerciais com as quais a prestadora de serviço mantém convênio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Terão direito ao crédito disponibilizado no cartão os trabalhadores que atenderem aos requisitos abaixo, sendo certo que as faltas serão computadas entre o dia 28 do mês vigente ao dia 27 do mês subsequente para os trabalhadores que recebem por produção, e do dia 26 do mês vigente ao dia 25 do mês subsequente para os demais trabalhadores.

a) Auxílio-Cesta “A”, com crédito no valor de **R\$ 115,56 (cento e quinze reais e cinquenta e seis centavos)**, concedido ao trabalhador com 00 (zero) falta no mês; e

b) Auxílio-Cesta “B”, com crédito no valor de **R\$ 71, 65 (setenta e um reais e sessenta e cinco centavos)**, concedido ao trabalhador com até 01 (uma) falta justificada no mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Auxílio-Cesta “A” não será concedido ao trabalhador faltoso, com ou sem justificativa. O Auxílio-Cesta “B” será concedido ao trabalhador com até 01 (uma) falta justificada.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para a concessão do ticket alimentação serão aceitos os atestados médicos, odontológicos, declarações de comparecimento judicial, licenças, faltas abonadas por declaração médica e outros motivos reconhecidos pela empregadora, desde que respeitem os critérios definidos nos parágrafos 1º, 2º e 4º desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO – Será garantida a concessão do Auxílio-Cesta “B” os seguintes casos:

- de 2 a 150 (cento e cinquenta) dias de inatividade nos casos de acidente de trabalho reconhecido pelo médico do trabalho ou pela Previdência Social;
- 120 (cento e vinte) dias para maternidade;
- 120 (cento e vinte) dias para casos de auxílio-doença reconhecido pela Previdência Social;
- 5 (cinco) dias corridos em caso de paternidade;
- 3 (três) dias consecutivos em caso do falecimento de cônjuge, companheiro(a), avós, avôs, pai, mãe, irmãos, filho(a);
- 4 (quatro) dias consecutivos, já incluído o dia do evento, para casamento;
- 3 (três) dias úteis por ordem ou direito concedidas pela Justiça Eleitoral;
- 2 (dois) dias para realização do exame médico exigido pelo Exército ou Tiro de Guerra;
- 1 (um) dia para o alistamento militar;
- 1 (um) dia para doação de sangue.

PARÁGRAFO QUINTO - O benefício do auxílio - cesta a ser concedido em forma de cartão eletrônico, não tem qualquer natureza salarial, nem se sujeita à integração da remuneração para efeitos de reflexos em: horas extras, 13º salário, férias, 1/3 constitucional de férias, FGTS, salário, verbas rescisórias e etc..., bem como não é base de cálculo de contribuições previdenciárias ou qualquer outra tributação.

PARÁGRAFO SEXTO - Para aqueles que já recebem auxílio-cesta com valor superior ao estabelecido no parágrafo primeiro desta cláusula, a empresa fará a manutenção do valor com o reajuste de 8%.

PARÁGRAFO SETIMO – Os valores dos auxílios-cesta retroagirão a 01 de maio de 2012, sendo que a diferença será paga em créditos no cartão, no mês de setembro.

PARÁGRAFO OITAVO - Nos casos de admissão e demissão farão jus ao recebimento do auxílio-cesta os trabalhadores que tiver igual ou superior a 15 (quinze) dias trabalhados, a proporcionalidade será somada entre o dia 28 do mês vigente e o dia 27 do mês subsequente para os que recebem por produção. E do dia 26 do mês vigente ao dia 25 do mês subsequente para os demais trabalhadores.

AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - COMPLEMENTAÇÃO DE REMUNERAÇÃO

A empregadora se compromete a pagar a diferença entre o salário de produção e o auxílio-acidente, durante o período da inatividade, nos termos da lei.

PARÁGRAFO UNICO - Se a Previdência Social não conceder o auxílio-doença, por motivo de falta de qualidade de segurado junto aquele Órgão e cabendo a prova de tal fato ao trabalhador, por via de documento oficial, fica a empregadora obrigada ao pagamento do salário pelo piso da categoria, durante o período de até 45 (quarenta e cinco) dias do afastamento do serviço, na data do pagamento dos demais salários.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUXÍLIO FUNERAL/SEGURO DE VIDA

A empresa buscará junto às companhias seguradoras, os melhores planos de seguro de vida, e oferecerá aos seus empregados.

PARÁGRAFO ÚNICO - Garantia mínima de percepção de 8 (oito) salários normativos ao beneficiário do empregado morto, acidental ou naturalmente, ou aos seus dependentes habilitados pela Previdência Social ou pelo Juízo Cível que serão pagos pelas Companhias Seguradoras, de acordo com o previsto na Apólice de Seguro. Fica assegurado que a empregadora fará o pagamento integral deste benefício caso as companhias contratadas não pagarem.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ADMISSÃO APÓS DATA-BASE

Aos empregados admitidos após a data-base, ou seja, após 01/05/2012, será garantido o mesmo salário, desde que o

empregado seja contratado para exercer a mesma função, de outro admitido até 30/04/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - SALÁRIO DE ADMISSÃO

Admitido empregado para a função de outro dispensado, será garantido àquele, salário igual ao do empregado de mesmo salário na função, sem considerar vantagens pessoais, respeitado o Plano de Cargos e Salários.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONTRATOS DE TRABALHO

Fica acordado entre as partes que os contratos de trabalho serão formalizados por prazo indeterminado, salvo os casos de contrato por prazo de experiência, com preferência aos trabalhadores que já trabalharam na empresa e os residentes no município sede, sendo celebrados diretamente entre o empregador e o trabalhador, não sendo permitida a contratação por intermediários, salvo empresas de trabalho regularmente constituída e atendida o descrito no parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A empregadora se compromete apenas em contratar as empresas prestadoras de serviços após a apresentação de norma coletiva de trabalho com o respectivo sindicato, devendo ainda o mesmo ser informado sobre a contratação das empresas terceirizadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos casos de abertura de processo seletivo dar-se-á preferência ao recrutamento interno com extensão do direito a todo empregado, sem discriminação de cargo ou área de atuação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A empresa se compromete a enviar ao Sindicato dos Trabalhadores, uma lista, constando os nomes, funções, com as respectivas datas, de todos os empregados admitidos e demitidos, sempre que for solicitado.

PARÁGRAFO QUARTO - O ex-empregado readmitido para mesma função que exercia ao tempo de seu desligamento, será dispensado do período de experiência.

PARÁGRAFO QUINTO – Nos processos internos de avaliação de desempenho e promoção, serão considerados como de efetivo exercício, os afastamentos decorrentes de acidentes, doença, licença maternidade e doença ocupacional.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - VERBAS DOS TRABALHADORES

A parcela referente ao descanso semanal remunerado, só será devida se houver o comparecimento do trabalhador durante todos os dias da semana, com exceção de suas folgas legais e as previstas na cláusula 59ª (Quinquagésima Nona).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - VERBAS RESCISÓRIAS

A liquidação dos direitos trabalhistas, resultantes da rescisão do contrato de trabalho, deverá ser efetivada no prazo legal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso a empresa tenha firmado contratos de trabalho por prazo determinado (contrato de safra), a empregadora terá um prazo de 04 (quatro) dias úteis para efetivação do pagamento aos trabalhadores.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento das verbas rescisórias poderá ser efetuado aos trabalhadores em dinheiro, cheque de emissão da empregadora ou depósito bancário. No caso de depósito bancário, o mesmo somente poderá ser efetuado em conta de titularidade do empregado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O saldo de salário do período trabalhado antes do aviso prévio e do período do aviso prévio trabalhado, quando for o caso, deverá ser pago por ocasião do pagamento geral dos demais funcionários, salvo se o prazo para quitação das verbas rescisórias ocorrer antes do pagamento do salário.

PARÁGRAFO QUARTO - As verbas rescisórias deverão ser liquidadas no prazo previsto em lei, e a homologação no prazo máximo de 12 (doze) dias da data rescisão contratual, sob pena de multa diária no valor equivalente ao valor da diária do salário contratual, limitada a 01 (um) salário contratual, que será calculada a partir do décimo dia da rescisão, quando a culpa pelo atraso da homologação for do empregador.

PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DEFICIENTES FÍSICOS

A empresa se compromete a manter a busca de meios para atender o previsto na lei de cotas de portadores de deficiência física.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CARTA-AVISO DE DISPENSA OU SUSPENSÃO

Será obrigatória a entrega ao trabalhador de carta aviso em caso de dispensa com alegação de falta grave, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

PARÁGRAFO ÚNICO – A suspensão só poderá ser aplicada após a advertência verbal e escrita, salvo casos considerados faltas graves, sob pena de nulidade da mesma.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A empresa deve manter programas especiais de incentivo e aperfeiçoamento profissional de mão-de-obra.

PARÁGRAFO ÚNICO – Comprometimento da empregadora em direcionar as oportunidades de trabalho que surgirem na empresa aos rurícolas (cortadores de cana) que preencherem os requisitos das vagas.

ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO/DESVIO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÃO

Em face das atividades sazonais da empregadora, durante o período de entressafra algumas de suas atividades são paralisadas, como, por exemplo, o corte de cana-de-açúcar, o carregamento e o transporte da mesma até a unidade industrial. Assim, a fim de se evitar demissões, fica facultado à empregadora promover o remanejamento dos colaboradores alocados nessas atividades para outros setores/atividades inerentes à entressafra, com concordância dos mesmos, sendo-lhes assegurados na função remanejada todos os benefícios, orientações e EPI's necessários.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao iniciar o período de safra, os colaboradores voltarão às atividades para as quais foram contratados, sem que isso implique em violação a qualquer dispositivo legal.

NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - QUADRO DE AVISOS

Publicações, avisos, convocações e outras matérias, tendentes a manter o empregado atualizado em relação aos assuntos da empresa e assuntos sindicais do seu interesse, serão obrigatoriamente afixados em quadro de avisos, situados em local visível e de fácil acesso, mantidos em tal quadro por um prazo mínimo de três dias, desde que previamente acordado entre o sindicato e a administração da empresa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CADASTRAMENTO NO PIS

Cadastramento no PIS de todos os trabalhadores abrangidos por este acordo, com a indispensável entrega, por parte dos empregadores, da RAIS na Caixa Econômica Federal, no prazo da lei.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ENTREGA DE DOCUMENTOS

Os empregadores se obrigam a fornecer recibos entrega e devolução da CPTS entregues por seus trabalhadores, discriminando-os com as respectivas datas de recebimento e de devolução.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os trabalhadores residentes nas propriedades dos empregadores, quando seu extrato for

entregue pela Caixa Econômica Federal, no endereço dos empregadores, este providenciará a distribuição do mesmo junto como comprovante de pagamento subsequente ao recebimento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL

As empregadoras deverão preencher o requerimento de afastamento, quando solicitado pelo empregado, nos seguintes prazos:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - máximo de 3 (três) dias úteis contados da data da solicitação, nos casos de obtenção de benefícios por auxílio-doença,

PARÁGRAFO SEGUNDO - máximo de 8 (oito) dias úteis, contados da data da solicitação, nos casos de aposentadoria e abono de permanência em serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - para fins de obtenção de aposentadoria especial, a empresa observará após o pedido do empregado, para a entrega do formulário específico exigido pelo INSS, o prazo de 15 (quinze) dias em se tratando de empregados e 30 (trinta) dias em se tratando de ex-empregados.

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - GRATUIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRABALHO

Fornecimento gratuito pelo empregador aos trabalhadores de ferramentas e instrumentos de trabalho adequados no local de prestação de serviços, cujo transporte poderá ser feito no mesmo veículo, em compartimento separado.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - NÃO DISCRIMINAÇÃO

Proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critérios da admissão por motivo de sexo, nacionalidade, raça, idade ou estado civil.

PARÁGRAFO ÚNICO – Obrigatoriedade em promover a presença e a participação de mulheres em todos os setores profissionais e em todos os níveis de responsabilidade.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - TRABALHADORA GESTANTE

Fica assegurada a estabilidade à empregada gestante, independentemente da modalidade contratual, até 30 (trinta) dias, após o término do afastamento compulsório (auxílio maternidade).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica obrigada a empregadora a antecipar o afastamento da empregada gestante, no caso de constatado por equipe médica, que a mesma não tem condições de exercer suas funções.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento do auxílio-maternidade será feito nos com base na média da remuneração, limitado ao teto máximo previdenciário.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica estabelecido que a trabalhadora gestante, quando da rescisão contratual, deverá confirmar tal estado, através de atestado médico no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da demissão, sendo confirmado seu estado dentro prazo estabelecido acima, a recontração será imediata, sem prejuízo à trabalhadora. O comunicado fora do prazo poderá ser caracterizado má fé, sob pena de perder os benefícios previstos em lei. Devendo sua rescisão contratual ser homologada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - SERVIÇO MILITAR

Garantia de emprego e salário ao trabalhador durante a prestação de Serviço Militar, nos termos da lei, exceto nos casos

de contrato por tempo determinado, dispensa por justa causa, pedido de demissão, nos dois últimos casos, as rescisões se farão com a assistência do Sindicato dos Trabalhadores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O disposto nesta cláusula aplica-se, também aos menores incorporados ao Tiro de Guerra.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Havendo coincidência entre o horário de trabalho e o horário de prestação do Tiro de Guerra, o empregado não sofrerá prejuízo em sua remuneração, desde que presente, a cada ausência, comprovante da unidade em que serve.

ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - EMPREGADO ACIDENTADO

Ao empregado acidentado será assegurada a garantia de emprego e salário nos termos da lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Demonstrando o empregado que é portador de doença profissional, como tal definida nos termos da Lei, e que a adquiriu no seu atual emprego, ou a teve agravada, e enquanto esta perdurar passará a gozar das garantias previstas nesta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se o empregado afastado por motivo de acidente de trabalho apresentar redução da capacidade laboral, mas estiver capacitado para exercer a função que vinha exercendo, terá no seu retorno ao serviço, garantia de emprego e salário nos termos legais, excluídos os casos de justa causa, e pedido de demissão.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam ressalvadas condições eventualmente mais favoráveis previstas em lei que esteja vigente.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - EMPREGADOS EM VIAS DE APOSENTADORIA

Aos empregados que comprovadamente estiverem a 24 (vinte e quatro) meses de aquisição do direito a aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, e que contarem no mínimo com 4 (quatro) anos de serviço na empresa, fica assegurado o emprego durante o período que faltar para aposentarem-se, ressalvada a hipótese de falta grave.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para que o empregado possa usufruir o benefício desta cláusula deverá o mesmo comprovar sua condição no prazo de 60 (sessenta) dias após seu desligamento, comprovando sua condição prevista no caput desta cláusula, a recontração será imediata, sem prejuízo do salário ao trabalhador.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - MARMITA TÉRMICA E GARRAFA D'ÁGUA

O empregador fornecerá ao trabalhador mediante recibo, marmita térmica e garrafa d'água gratuita, para cumprir o disposto nos itens 24, 6, 3, 1 e 24, 6, 3, 2, da Portaria nº 13, de 17/09/93, da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O trabalhador fica responsável pela guarda, uso adequado e conservação e higienização regular da marmita térmica e garrafa d'água obrigando-se a devolvê-las quando da cessação do contrato de trabalho, com exceção dos trabalhadores que laboram dentro das dependências das empresas (oficina, escritórios, laboratórios, borracharia, portarias, almoxarifado, etc.).

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empregadoras terão até 20/06/12, para entrega das garrafas d'água a todos os trabalhadores, as entregas poderão ser gradativas ou em única vez.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM CONTROLE BIOLÓGICO

Quando houver a contratação de empresas que forneçam produtos e subprodutos para o controle biológico de pragas da cana-de-açúcar, a empregadora se compromete a exigir a apresentação e o cumprimento das convenções ou acordos coletivos da respectiva categoria.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - JORNADA DE TRABALHO

As jornadas de trabalho para os períodos da safra e da entressafra, para todos os empregados abrangidos por este acordo, serão de 44 horas semanais ou 220 horas mensais, da forma descrita abaixo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A jornada de trabalho diária dos trabalhadores rurais que laboram nas lavouras de cana-de-açúcar, no plantio, carpa, corte, catação de cana-de-açúcar e eliminação de colônio, será de:

Dia	Entrada	1ª Pausa – NR 31		Almoço		2ª Pausa – NR 31		Café		Saída	Carga Horária Dia
				Início	Fim			Início	Fim		
Segunda	07:00	09:00	09:10	11:00	12:00	14:00	14:10	14:10	14:24	15:50	7:36
Terça	07:00	09:00	09:10	11:00	12:00	14:00	14:10	14:10	14:24	15:50	7:36
Quarta	07:00	09:00	09:10	11:00	12:00	14:00	14:10	14:10	14:24	15:50	7:36
Quinta	07:00	09:00	09:10	11:00	12:00	14:00	14:10	14:10	14:24	15:50	7:36
Sexta	07:00	09:00	09:10	11:00	12:00	14:00	14:10	14:10	14:24	15:50	7:36
Sábado	07:00	09:00	09:10	11:00	12:00					14:00	6:00
Domingo	Folga										
Total de Horas Trabalhadas Semana											44:00

PARÁGRAFO SEGUNDO - A empregadora poderá adotar para os trabalhadores, exceto para os que exercem atividades no plantio, carpa, corte, catação de cana, eliminação de colônio, o sistema de jornada 5x1, ou seja, para cada 05 (cinco) dias trabalhados, o trabalhador terá 01 um dia de descanso, sendo que pelo menos, a cada sete semanas, 01 (um) dia deverá coincidir com o domingo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Poderá a empregadora adotar para as demais funções, exceto para o cortador de cana, o regime de 03 (três) turnos de trabalho, podendo o mesmo ser prorrogado, durante o período de safra, por até 02 (duas) horas diárias, obedecendo-se os limites legais permitidos no artigo 59 da CLT, desde que seja feita nos termos do Art. 70, XVI, da Constituição Federal, não permitindo desse modo, o banco de horas, exceto para aqueles descritos na Cláusula 46ª (Quadragesima Sexta).

PARÁGRAFO QUARTO - A empregadora poderá adotar, ainda, o regime de 02 (dois) turnos de até 10 (dez) horas de trabalho, respeitando-se o descanso semanal remunerado, e que as horas suplementares sejam pagas na forma de hora extraordinária como prevista neste acordo.

PARÁGRAFO QUINTO – Na entressafra, dependendo da necessidade da empregadora, as jornadas poderão ser prorrogadas por até 02 (duas) horas diárias, sendo pagas como horas extras nos termos do artigo 59 da CLT.

PARÁGRAFO SEXTO – A empregadora poderá adotar para os empregados que laboram no planejamento agrícola, na supervisão agrônomo, na supervisão de controle de mão-de-obra rural, na secretaria, na tesouraria, na consultoria interna RH, no serviço social serviço social, na informática, na contabilidade, na controladoria, no jurídico, na segurança do trabalho agrícola, no suprimentos, no compras, no comercial, na administração de pessoal, no pátio, na jardinagem, a jornada será de 44 horas semanais, de segunda à sexta-feira, com prorrogação diária de trabalho em 48 minutos que se destinam à compensação dos sábados, que serão considerados como dia de folga.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As horas extras efetivamente trabalhadas além das 220 (duzentas e vinte) horas mensais serão pagas com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal, conforme exigido pelo §1º do artigo 59 da CLT. Aos trabalhadores que recebem por produção será respeitado o entendimento da Orientação Jurisprudencial nº 235, da SDI-1 do C.TST.

PARÁGRAFO OITAVO - Fica estabelecida uma margem de tolerância na entrada e na saída do trabalho de 10 (dez) minutos para menos ou para mais, não sendo os mesmos computados como horas extraordinárias ou horas à disposição, nem tampouco ser descontados do trabalhador no caso de atraso dentro de tais limites.

PARÁGRAFO NONO - Todo intervalo obrigatório por lei, deve acontecer sem prejuízo para o trabalhador.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - COMPENSAÇÃO DA JORNADA

A empresa poderá estabelecer programa de compensação de dias úteis intercalados entre domingos e feriados ou entre

fins de semana e carnaval, de maneira a conceder aos empregados um período de descanso mais prolongado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na jornada prevista no § 6ª da cláusula 44ª, quando o sábado compensado coincidir com feriado, as horas de compensação daquela semana não serão compensadas. Em contrapartida, quando houver um feriado no período de segunda a sexta-feira, as diferenças das horas compensadas do sábado serão acrescidas durante a semana.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando as horas ou dias compensados recaírem no período de gozo das férias, a empresa deverá prorrogá-las em número igual ao de horas ou dias compensados ou convertê-los, com anuência do empregado, em salário. Neste último caso, o pagamento será com base na remuneração mensal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes pactuam que, o excesso ou redução da jornada, de segunda-feira à sábado, não gerará direito das horas extras, desde não seja ultrapassada a jornada diária de 08 horas ou 44 horas semanais.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - BANCO DE HORAS

Fica instituído o denominado (Banco de Horas), aplicável somente aos trabalhadores com atribuições administrativas, ficando convencionado que o excesso de hora trabalhado em um dia poderá ser compensando por folgas, e para efeito de compensação de horas será considerada a relação de 1 (uma) trabalhada por 1 (uma) hora de descanso (1x1), conforme autoriza o artigo 59, parágrafo 2º(segundo) da CLT (Consolidação das Leis Trabalhista), dispensando o acréscimo de salário previsto no mencionado artigo, não ultrapassando o prazo de 12 (doze) meses para efetivação das compensações devidas e serão quitadas somente em caso de não renovação desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica acordado que **caso não sejam devidamente compensadas** as hora lançadas no banco de horas no prazo acima (seis meses), ou em caso **de rescisão** (parágrafo 3º do Artigo 59), **cada hora extraordinária efetivamente trabalhada será paga com 100% (cem por cento) de acréscimo**, na proporção de 1 (uma) hora trabalhada por 1 (uma) hora paga.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As horas excedentes serão tratadas como crédito, enquanto as horas devidas serão computadas como débito dos empregados, que serão lançadas no "Banco de Horas, devendo estas serem especificadas mensalmente no demonstrativo de pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As horas excedentes à jornada normal poderão ser compensadas através de descanso ou folga, considerando para fins dessa cláusula como descanso o conjunto de horas inferior a uma jornada diária de trabalho e como folga o conjunto de horas equivalente a uma jornada normal de trabalho;

PARÁGRAFO QUARTO - As horas laboradas nos feriados, dias compensados e dias destinados ao Descanso Semanal Remunerado (compensatório ou não), não serão objeto do "Banco de Horas" estando sujeitas ao pagamento como extraordinária, com acréscimo de 100%.

PARÁGRAFO QUINTO- No caso de suspensão ou interrupção do contrato de trabalho, as horas remetidas para o "Banco de Horas" serão compensadas quando do retorno do empregado ao serviço;

PARÁGRAFO SEXTO - A empresa, mensalmente, fará o fechamento dos controles de jornada, fornecendo ao funcionário, na data do pagamento do salário, extrato informativo, contendo o número de horas que estão sendo remetidas no respectivo mês ao "Banco de Horas" para futura compensação, bem como o saldo de horas à compensar existentes no referido "Banco de Horas";

PARÁGRAFO SÉTIMO - O empregado que pedir demissão, dentro do período de vigência do "Banco de Horas" e for devedor de horas de trabalho, sofrerá o desconto correspondente, observando-se o limite fixado no § 5º do artigo 477 da CLT;

PARÁGRAFO OITAVO - O empregador comunicará aos empregados, com antecipação mínima de 2 (dois) dias, as folgas a serem gozadas, bem como os empregados deverão também, comunicar o empregador com 2 (dois) dias de antecedência e somente após a autorização do Empregador, as horas que

pretenderem compensar do "Banco de Horas", sob pena de não serem consideradas para esse fim. As compensações poderão ser diárias, semanais ou quinzenais, em regime de meio período, pontes de feriados, etc.;

PARÁGRAFO NONA - O crédito de horas remetidas ao respectivo "Banco de Horas", limitar-se-á a 80 (oitenta) horas. Alcançado referido limite, o empregador obriga-se a conceder imediatamente, ao respectivo trabalhador a conseqüente folga compensatória, ou se melhor convir, indenizá-las, pagando-se como horas extraordinárias, na proporção de 1x1 e com acréscimo de 100%.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O empregador fornecerá, quando solicitado, ao Sindicato planilha de controle de banco de horas.

FALTAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - FALTAS INJUSTIFICADAS

O trabalhador que faltar no serviço sem prévio aviso e autorização ou que deixar de justificar a sua falta através de documento previsto em Lei, perderá o direito ao recebimento da Remuneração do Descanso Semanal, mas conserva o direito ao repouso.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não serão consideradas faltas injustificadas os seguintes casos:

- 1 (um) dia útil, para alistamento militar;
- 2 (dois) dias útil, quando de exames médicos exigidos pelo Exército ou Tiro de Guerra, falecimento de sogro ou sogra;
- 3 (três) dias consecutivos, em caso do falecimento de cônjuge, companheiro ou companheira, ascendente, descendente, irmã ou irmão;
- 3 (três) dias consecutivos, não incluído o dia do evento, para casamento;
- 3 (três) dias por determinação da Justiça Eleitoral;
- 5 (cinco) dias corridos do nascimento de filho(a), dentro da 1ª primeira semana do nascimento;
- 1 (um) dia em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação de sangue pelo empregado.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - EMPREGADOS ESTUDANTES

A empregadora se compromete a viabilizar a jornada de trabalho do empregado estudante, desde que comprovadamente matriculado em estabelecimento de ensino e cursando o ensino fundamental ou médio, curso superior, curso de formação profissional ou profissionalizante.

PARÁGRAFO ÚNICO - Serão abonadas as faltas dos empregados estudantes, para prestação de exames extraordinários em escolas oficiais ou reconhecidas, desde que feitas às comunicações à empresa, por escrito, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e posterior comprovação.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CONCESSÃO DE FÉRIAS

O início das férias, coletivas ou individuais integrais ou não, não poderá coincidir com DSR (Descanso Semanal Remunerado), feriados ou dias já compensados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando os dias compensados recaírem no período de gozo das férias, estas deverão ser prorrogadas pelo mesmo número de dias já compensados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A concessão das férias será comunicada por escrito ao empregado com antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a este assinar a respectiva notificação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em decorrência de problemas técnicos, econômicos ou financeiros, com o objetivo de evitar dispensa de empregados, e comunicando os Sindicatos, a empresa poderá conceder férias coletivas, inclusive com o pagamento do respectivo abono pecuniário, mediante entendimento direto com os seus empregados com antecedência de 15 (quinze) dias desde que as referidas férias atinjam, ao menos, uma seção completa.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando as férias coletivas abrangerem os dias 25/12 e 01/01 serão estes excluídos da contagem dos dias corridos regulamentares, sendo acrescidos 1 (um) ou 2 (dois) dias de descanso, conforme o caso, ao final do período de férias.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - CONDIÇÕES TÉCNICAS E DE SEGURANÇA

Obrigatoriedade dos veículos de transporte de trabalhadores rurais satisfazerem integralmente as condições de segurança e comodidade sem ônus algum para o trabalhador.

PARÁGRAFO ÚNICO – Compromisso da empresa em ter cuidado na seleção de seus transportadores para garantir maior segurança aos seus trabalhadores rurais.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - ABRIGO E ÁGUA POTÁVEL

Obrigatoriedade do empregador de fornecer aos trabalhadores rurais que laboram nas frentes de trabalho, barracas sanitárias fixas ou móveis, abrigos contra chuva e outros intempéries, bem como para refeições (toldos), água potável gelada em recipientes higiênicos, podendo servir como abrigo o próprio veículo transportador que, nesse caso, permanecerá nos locais de trabalho durante toda a jornada, cabendo ao Sindicato a vistoria da mesma e sua concordância como satisfatória.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Com relação ao abrigo para refeições fornecido pela empregadora, a mesma se compromete à adaptar instalações em forma de toldo, garantindo a comodidade do trabalhador, atendendo assim o disposto na NR 31, cabendo aos Sindicatos a vistoria das mesmas e sua concordância como satisfatórias.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para os demais trabalhadores que exercem atividades no campo em horários especiais ou sistema de turnos será obrigatório instalação abrigos seguros (carretas), ficando facultado ao sindicato o direito a vistoria e sua concordância como satisfatória contra chuva e outras intempéries.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DIREITO DE RECUSA AO TRABALHO POR RISCO GRAVE OU IMINENTE

Quando o trabalhador, no exercício de sua função, entender que sua vida ou integridade física se encontram em risco, pela falta de medidas adequadas de proteção no posto de trabalho, poderá suspender a realização da respectiva operação (o próprio trabalho), comunicando imediatamente tal fato ao seu superior e ao setor de segurança, higiene e medicina do trabalho da empresa, cabendo a este investigar eventuais condições inseguras e comunicar o fato à CIPATR.

PARÁGRAFO ÚNICO – O retorno à operação se dará após a liberação do posto de trabalho pelo referido setor.

EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Quando for exigida pela empregadora a aplicação de defensivos agrícolas, será fornecido aos trabalhadores equipamentos de proteção individual adequados à segurança nos termos da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - A empregadora deverá ministrar aos trabalhadores rurais, que exerçam esta atividade, curso para aplicação de defensivos agrícolas onde serão esclarecidos os riscos e cuidados que devem ser tomados no exercício desta atividade, ficando permitida a presença de representante do Sindicato para acompanhar a realização dos cursos/treinamentos.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

Quando indispensável à prestação de serviços ou exigido pela empresa, esta fornecerá gratuitamente aos seus empregados os EPIs adequados ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, devendo os

empregados utilizá-los.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - quanto aos equipamentos fornecidos pela empregadora destinados a proteção do braço (mangotes, “mini blusa”, ou similares), cabeça (touca árabe), o sindicato e a empresa irão realizar trabalho em conjunto, levando em consideração segurança e conforto dos trabalhadores.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para todos os empregados que trabalham por produção, a empresa procederá ao treinamento com Equipamento de Proteção Individual (EPI), necessário ao exercício de suas atribuições, bem como lhe dará conhecimento dos programas de prevenção desenvolvidos na própria empresa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ao término do contrato de trabalho, caso as ferramentas não sejam devolvidas pelo trabalhador, a empregadora poderá descontar do mesmo o valor das peças fornecidas e não devolvidas. O valor das ferramentas a ser descontado será o vigente no mercado na data em que deveriam ser devolvidos.

PARÁGRAFO QUARTO - O trabalhador é responsável pela conservação e guarda dos EPI's fornecidos pela empregadora.

UNIFORME

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - UNIFORMES E CALÇADOS

Quando a empresa ou a função, exigir que seus empregados usem uniformes, inclusive calçados especiais, para a prestação de serviços, a empresa deverá fornecê-los gratuitamente.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES TRABALHO RURAL CIPATR

Aplicar-se o disposto na NR-31 para o processo eleitoral e constituição das CIPATRs.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No prazo máximo de 15 (quinze) dias após a realização das eleições, o Sindicato dos Trabalhadores será comunicado do resultado, indicando-se a data do pleito e o nome dos eleitos, especificando-se os efetivos, suplentes e os representantes do empregador.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Com a finalidade de preparar a reunião mensal da CIPATR os membros efetivos dos representantes dos empregados, terão livres as duas horas que precederem a mencionada reunião, em local que para tal fim deverá ser providenciado pela empresa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CIPATR, quando da programação da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho RURAL – SIPATR, destinará um dia de atividades voltadas a temas ligados ao meio ambiente.

TREINAMENTO PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - GINÁSTICA

Fica convencionado entre as partes que as empresas que adotarem a utilização da Ginástica Laboral poderão utilizar-se dos primeiros 10 (dez) minutos da jornada de trabalho.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DEMISSIONAL

A empresa fará o exame médico admissional, periódico e demissional, em conformidade com [artigo](#) 168 da CLT e NR-31.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O resultado dos exames médicos, inclusive exame complementar será comunicado de acordo com parágrafo 5º do artigo 168 da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os exames médicos realizados no processo seletivo dos trabalhadores candidatos às vagas na empregadora não serão considerados como pré-contratação para todos os efeitos legais.

PARÁGRAGO TERCEIRO - O exame médico demissional será obrigatoriamente realizado até a data da rescisão, desde que o último exame médico ocupacional e exames complementares tenham sido realizados há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - ATESTADOS E DECLARAÇÕES MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Reconhecimento e aceitação pela empregadora nos locais de trabalho, dos atestados e declarações médicas e odontológicas, expedidas nos termos da lei, fornecidos por profissionais contratados pelo sindicato da categoria ou médicos da escolha do trabalhador, constando o CID (Código Internacional de Doenças), carimbo, assinatura e nº de registro no Conselho do profissional emitente, que deverão ser encaminhados pelo colaborador à Medicina do Trabalho, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após o retorno ao trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A empregadora irá orientar e incentivar os trabalhadores a concluir os tratamentos médicos, inclusive na prevenção de doenças.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando o trabalhador entregar os atestados e declarações médicas e odontológicas, no local de serviço fica obrigado a empregadora a fornecer o contra recibo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para afastamentos iguais ou superiores a 15 (quinze) dias, o empregado deverá comunicar a Medicina do Trabalho da empresa.

PARÁGRAFO QUARTO - Os presidentes dos Sindicatos diligenciarão junto a seus departamentos médicos para que correspondam sempre e invariavelmente, às reais necessidades dos trabalhadores que, porventura, os solicitarem.

ACOMPANHAMENTO DE ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO (CAT)

A empresas ficam obrigadas a comunicar ao INSS qualquer acidente do trabalho dentro do prazo fixado por este órgão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de atraso na comunicação, por culpa da empresa, ela arcará com os eventuais prejuízos que o empregado possa vir a sofrer em decorrência desse fato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Deverá a empresa enviar cópia de todas as CATs (Comunicação de Acidentes do Trabalho) ao Sindicato, quando solicitado, e aos membros efetivos da CIPATR.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Ficam ressalvadas condições eventualmente mais favoráveis previstas em lei que esteja vigente.

PRIMEIROS SOCORROS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - ATENDIMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS

A empresa se obriga a manter serviço de atendimento médico ou de enfermagem, interno ou externo, próprio ou de terceiros, para seus empregados, ficando ressalvado que nos horários noturnos e aos sábados, domingos e feriados, que não houver atendimento ambulatorial, permanecerá um veículo na frente de trabalho, para transporte de funcionários que necessitarem ser levados para o hospital, por motivo de doença ou acidente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os trabalhadores rurais, que laboram no plantio, carpa, corte, catação de cana-de-açúcar e eliminação de colônia, a empregadora deverá manter nos locais de trabalho uma caixa de primeiros socorros, sendo certo que em caso de acidente de trabalho ou mal súbito, a empregadora providenciará condução adequada para o socorro imediato.

CAMPANHAS EDUCATIVAS SOBRE SAÚDE

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - MEDIDAS DE PROTEÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR

Devido à atividade da empregadora (agroindústria), é obrigatória a constituição do SESTR (Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural e do SESMT (Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho). Todavia, como essas atividades são interligadas no mesmo espaço físico, poderá constituir apenas o SESTR abrangendo o somatório de empregados a teor do tem 31.6.10 da NR 31.

RELAÇÕES SINDICAIS LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DIRIGENTE SINDICAL - ABONO DE AUSÊNCIAS

Os dias em que os diretores dos Sindicatos que prestam serviços nas empresas, permanecerem afastados do serviço da empresa, exercendo atividades sindicais, desde que comunicadas previamente e por escrito, mediante ofício da entidade sindical, serão remunerados e não serão consideradas faltas inclusive para fornecimento de cesta-básica ou vale-alimentação, até o limite máximo de 10 (dez) ausências remuneradas anuais por diretor.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ao dirigente sindical afastado para exercer função na entidade por força da assembléia geral, ou por decisão da diretoria eleita, será assegurada a cesta básica a partir dessa data.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

A empregadora descontará mensalmente de seus trabalhadores, as contribuições associativas, devidamente autorizadas pelos empregados por escrito, e repassarão ao Sindicato onde o trabalhador é sócio, até o 10º dia de cada mês.

PARÁGRAFO ÚNICO – É livre a associação profissional ou sindical.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

A empresa descontará a contribuição assistencial mensal dos trabalhadores rurais, associados ou não, o valor de 1% (um por cento) da remuneração total, sendo limitado no valor de R\$ 15,00 (quinze reais), conforme definido em Assembléia Geral dos Trabalhadores de Paraguaçu Paulista.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica isento o desconto da contribuição confederativa.

PARAGRAFO SEGUNDO - Eventuais mudanças que surgir por força de assembléia geral ou de lei em relação a essa contribuição, compete ao Sindicato de Paraguaçu Paulista informar com antecedência a empresa, visando à adequação dos referidos valores.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

A contribuição sindical corresponderá a um dia de trabalho sobre a remuneração total do trabalhador e será descontada e repassada ao Sindicato representativo da base nos termos da lei, ficando o sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraguaçu Paulista responsável pelo repasse aos demais Sindicatos.

DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - CUMPRIMENTO

As partes comprometem-se a cumprir o presente Acordo em todos os seus termos e condições, durante o seu prazo de vigência.

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - ELEIÇÃO

Eleição da Justiça do Trabalho para a solução de quaisquer pendências decorrentes deste Acordo Coletivo de Trabalho celebrado.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - APLICAÇÃO DO ACORDO COLETIVO

Ficam asseguradas todas as Cláusulas deste Acordo Coletivo para os trabalhadores residentes em outros municípios.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - MULTA

Fica estabelecida uma multa no valor de 7% (sete por cento) dos salários normativos, por vez e cláusula descumprida, com reversão à parte prejudicada ou representante legal.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - NORMAS CONSTITUCIONAIS

A promulgação da legislação ordinária e/ou complementar, regulamentadora dos preceitos constitucionais, substituirá, onde aplicável, direitos e deveres previstos neste acordo, ressalvando-se sempre as condições mais favoráveis aos empregados, vedada, em qualquer hipótese, a acumulação.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - COMPROMISSO

A empresa se compromete em buscar junto com o Sindicato de Paraguaçu Paulista, alternativas para os trabalhadores desempregados e para os trabalhadores em risco de desemprego.

PARÁGRAFO ÚNICO – A empresa se compromete realizar em parceria com o Sindicato cursos de treinamento e qualificação profissional aos trabalhadores mencionados no caput desta cláusula.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - PARTICIPAÇÃO NAS METAS E RESULTADOS

Fica ajustado entre as partes o pagamento de Participação nas Metas e Resultados (PMR), para todos os trabalhadores independente da função ou cargo, cujos critérios e valores serão acordados entre as partes em Acordo Específico.

PÁRAGRAFO ÚNICO – Fica assegurado o pagamento de 110 horas, com base no salário contratual, a cada trabalhador, como condição mínima de pagamento, caso as partes não chegarem a nenhum acordo.

**PAULO ANISIO
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS RURAIS DE PARAGUACU PAULISTA**

**GUSTAVO TOLEDO FLORENCIO
SÓCIO
IBERIA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA**

**PAULO OYAMADA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE TUPA E REGIAO**

**JOAO FLAUZINO DE ANDRADE
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE RANCHARIA**

**ANTONIO CERQUEIRA DE SOUZA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS RURAIS DE QUATA**